

Acórdão nº 9.498/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 14.799.2011-20-TCE (C/ 02 Volumes e 01 Anexo)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Xapuri, exercício de 2010
RESPONSÁVEL: Senhor Ronaldo Cosmo Ferraz
RELATOR: Conselheiro Antonio Jorge Malheiro

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Inconsistência do Demonstrativo das Variações Patrimoniais. Divergência entre Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Inconsistências e incorreções no Demonstrativo da Dívida Fundada. Divergência entre o Anexo 17 e dados informados na mídia magnética. Despesas realizadas pelo Poder Legislativo Municipal acima do limite constitucional. Pagamento irregular a título de verbas indenizatórias. Irregularidade. Aplicação de multa.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**: **1) julgar irregulares** as Contas da Câmara Municipal de Xapuri, de responsabilidade do Sr. **Ronaldo Cosmo Ferraz**, referentes ao exercício de 2010, com fundamento no art. 51, inciso III, alínea 'b', da LCE nº 38/93, em face das seguintes falhas e irregularidades, caracterizando o descumprimento de dispositivos contidos na Constituição Federal: **a)** inconsistência do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, em virtude da ausência da incorporação da evolução patrimonial dos bens móveis e imóveis e do registro indevido na conta entrada de almoxarifado; **b)** divergência verificada entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais; **c)** inconsistências e incorreções apresentadas nos dados do Demonstrativo da Dívida Fundada, impossibilitando a análise do mesmo; **d)** divergência entre os dados constantes do Anexo 17 e aqueles informados na mídia magnética; **e)** total das despesas realizadas pelo Poder Legislativo Municipal ultrapassou 0,17% (dezessete décimos) do limite de 7% (sete por cento) estabelecido no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal, no montante de R\$ 1.112,99 (um mil, cento e doze reais e noventa e nove centavos), acima do limite; e **f)** pagamento irregular a título de verbas indenizatórias; **2) dispensar e arquivar o processo TCE/AC nº 14.597.2011-90**, relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre; e **3) comunicar à DAFO** para apuração, na Prestação de Contas da Prefeitura do Município, naquele exercício, da responsabilidade por transferência à Câmara Municipal de recursos acima do limite Constitucional estipulado. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Decidiu-se**, ainda, **por maioria**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**, **aplicar multa de R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais) ao gestor, nos termos do art. 89, incisos I e II, da LCE nº 38/93". **Divergiu** o Conselheiro Ronald Polanco

(Acórdão nº 9.498/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

Ribeiro, que votou pelo valor da multa em R\$ 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta reais).

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 14 de abril de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC